

*Marcha Mundial das Mulheres e as estratégias
de enfrentamento ao projeto autoritário no Brasil*

Olívia Cristina Perez

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (BRASIL)

Sarah Luiza de Souza Moreira

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (BRASIL)

Joana Tereza Vaz de Moura

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (BRASIL)

ABSTRACT

This article discusses changes in the objectives and strategies of the World March of Women in Brazil, based on interviews to seven activists and the analysis of public documents of the Movement. It concludes that the World March of Women is still mobilized and active and that, despite a retreat in the dialogue with the State, there is an increasing in the use of repertoires of contestation against the authoritarianism and conservatism of the Bolsonaro's government and in the defense of democracy.

Keywords: women's rights; feminist movement; State; Bolsonaro government; Women's World March.

O trabalho aborda as mudanças nas pautas e nas estratégias da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil, a partir dos depoimentos de sete militantes e de documentos públicos do Movimento. Concluímos que a Marcha Mundial das Mulheres ainda está mobilizada e atuante e que, mesmo havendo um recuo no diálogo com o Estado, intensifica-se a defesa da democracia e a utilização de repertórios de contestação frente ao autoritarismo e ao conservadorismo do governo Bolsonaro.

Palavras chaves: direitos das mulheres; movimento feminista; Estado; governo Bolsonaro; Marcha Mundial das Mulheres.

Introdução

Este trabalho sistematiza e analisa as mudanças de pautas e estratégias de um importante movimento social feminista internacional, com atuação no Brasil, a Marcha Mundial das Mulheres, após a ascensão do projeto autoritário e conservador no país. Nesse sentido o texto aborda uma das formas de resistência aos ataques do governo Bolsonaro aos direitos das mulheres, especialmente às pautas dos movimentos feministas.

O Brasil foi governado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito para presidente, até meados de 2016, com o afastamento da então presidenta eleita Dilma Rousseff.

Nos anos em que o PT permaneceu no governo federal foi intensa a relação entre movimentos sociais e Estado. Essa relação aconteceu em parte, porque o PT tinha os movimentos sociais como uma de suas bases e várias/os militantes foram chamados para trabalhar no governo, impulsionando o ativismo estatal (Cayres, 2017; Pires, Vaz, 2014). Por compreender a ação do Estado como resultante de diálogos e de uma participação social efetiva, intensificada pela relação com os movimentos sociais, os governos petistas criaram e fortaleceram diferentes instâncias de participação e construção de políticas públicas, como conselhos, comitês, fóruns, conferências, que proporcionaram a vocalização e a atenção de demandas de movimentos sociais (Pogrebinski, 2012).

Nesse período também foram fortalecidas as chamadas interações socioestatais, bem como os estudos sobre elas (Abers, Von Bülow, 2011; Abers, Serafim, Tatagiba, 2014; Pires, Vaz, 2014; Gurza Lavalle et al. 2017). Os estudos sobre essas interações socioestatais mostraram como são diversas as formas de relação entre movimentos sociais e Estado e como é importante analisar ambas as esferas de forma conectada.

No campo das políticas para as mulheres, foi intenso o compromisso das gestões petistas com as pautas dos movimentos sociais, em especial os feministas e de mulheres. Tal compromisso se expressou através da garantia de instâncias específicas de elaboração e execução de políticas específicas, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ), assim como pela ampliação de instâncias de participação e construção de políticas para as mulheres, como as conferências. Para exemplificar, vale lembrar que ainda na primeira gestão do governo Lula, houve a transferência da então Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça, para a Presidência da República, sob o novo nome de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), o que significou dar à Secretaria um *status* de ministério e orçamento próprio. Tratou-se, portanto, de uma ação que conferiu simbólica e efetivamente uma

importância maior às políticas públicas para as mulheres. Outro exemplo relevante diz respeito à construção do I e II Plano Nacional de Políticas Para Mulheres (Bohn, 2010), resultantes da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizadas em 2004 e 2007. Segundo algumas análises, esse processo foi possível em virtude da ação de mulheres comprometidas com a causa feminista, militantes que integraram as instâncias de gestão e direção no governo federal, que foram chamadas de feministas estatais (Bohn, 2010; Matos; Paradis, 2013; Matos, 2014; Oliveira, 2018; Pismel, 2019).

No entanto, tal participação de militantes feministas dentro de gestões federais mas também estatal e municipal, trouxe tensões que questionavam a autonomia dos movimentos e a possibilidade de continuidade de reflexões e práticas críticas. Vemos, nesse trabalho, que a participação de militantes da Marcha Mundial das Mulheres no governo federal não significou o abandono das suas estratégias rotineiras, inclusive a ação de base e a cobrança do próprio governo federal. O Movimento manteve sua agenda autônoma, organizando mobilizações, manifestações, negociação e diálogos, participando das conferências e do Conselho. Ademais, conforme esclarecido pelas entrevistadas, as militantes que participaram do governo não representavam o Movimento nas instituições governamentais (como Secretarias e Ministérios).

A relação profícua entre movimentos sociais e o Partido dos Trabalhadores no governo federal trouxe importantes ações e políticas, todavia não se pode desconsiderar limites e dificuldades nessa relação. Em primeiro lugar, não podemos generalizar todas as rotinas de interação entre os diferentes movimentos sociais e o Estado, desconsiderando a diversidade delas (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014). Ao mesmo tempo, é sabido que muitas demandas dos movimentos sociais feministas, como a descriminalização do aborto, não avançaram nas gestões petistas.

Em que pese as limitações do governo federal no sentido de atender as agendas dos movimentos sociais, em especial os feministas, e mesmo o conflito existente entre ambas as esferas, é possível afirmar que houve uma mudança nessa relação com o novo projeto político que passou a ocupar o governo federal, após as gestões petistas. Em meados de 2016, Dilma Rousseff, a primeira presidenta mulher eleita no país, pelo PT, passou por um processo de *impeachment*. No seu lugar, assumiu o seu vice Michel Temer (do então Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, agora Movimento Democrático Brasileiro – MDB) que destoava do projeto petista, o que já indicava grandes alterações no modo de condução do governo federal. Uma de suas primeiras ações foi a transferência da Secretaria de Políticas para Mulheres para o Ministério dos Direitos Humanos. Nesse momento, inicia-se uma ofensiva contra a agenda feminista no âmbito do Estado.

No final de 2018, Jair Bolsonaro foi eleito presidente do Brasil pelo Partido Social Liberal (PSL), mas atualmente está sem vinculação partidária. Bolsonaro é declaradamente refratário à existência e atuação de movimentos sociais progressistas defendendo “as pautas dos costumes [...] agradando as forças cristãs do Congresso Nacional” (Almeida, 2019, p. 200). A recusa aos direitos das mulheres vem acompanhada de políticas que transformam movimentos sociais em inimigos políticos em nome dos “valores familiares” (Biroli, Machado, Vaggione, 2020). Ainda não sabemos exatamente como denominar o governo Bolsonaro, mas assumimos aqui que se trata de uma gestão que atua a partir de um projeto político autoritário e conservador, nos moldes do projeto construído no Brasil durante a ditadura militar.

Em que pese o conhecimento acumulado a respeito das interações socioestatais durante as gestões petistas, ainda há poucos estudos sobre o tema na gestão Bolsonaro, dado que o presidente assumiu seu cargo somente em 2019.

Para refletir sobre as mudanças no contexto político que impacta na luta das mulheres por igualdade e autonomia, a pesquisa parte da seguinte pergunta: quais foram as mudanças nas pautas e nas estratégias dos movimentos sociais feministas que participavam ativamente no diálogo e atuação junto às gestões petistas e que saíram das mesmas após a ascensão do governo Bolsonaro? Temos como hipótese que os movimentos feministas intensificaram a defesa da democracia e o enfrentamento ao conservadorismo, para além das demandas por políticas públicas para mulheres, tendo como suas principais estratégias a ocupação das ruas e das redes sociais por meio de denúncias e protestos, utilizando repertórios de confronto.

Trata-se de uma pesquisa descritiva e analítica que tem como objetivo mostrar as mudanças nas pautas e nas estratégias de um movimento feminista internacional, com intensa atuação em todo o país, a Marcha Mundial das Mulheres, a partir dos depoimentos de algumas militantes e de documentos públicos.

Para se compreender a mudança de direção na relação entre movimentos sociais e Estado, defende-se neste trabalho a utilidade da teoria do confronto político, agora de forma mais explícita do que na gestão petista, porque o caráter conflitivo entre ambos os campos políticos ficou mais evidente, ainda que estivessem presentes em todos os períodos.

Conforme tal teoria, os movimentos sociais devem ser entendidos sob a perspectiva do confronto político, pois suas ações envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, alcançando sucesso, conflitariam com os interesses de outrem (Tilly, 2010). Essas reivindicações podem ser desde pedidos mais simples e negociados até atos mais violentos, “passando por petições, reivindicações

através de palavras de ordem e manifestos revolucionários” (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009, p. 11).

Ademais, as estratégias dos movimentos sociais têm relação com o Estado: as estruturas de oportunidades políticas abertas pelo Estado possibilitam a ação coletiva e a mudança social. Por isso, a compreensão dos movimentos sociais não pode estar apartada da compreensão do Estado, especialmente porque é esse ator que “controla os principais meios de coerção concentrados num território definido” (*ivi*, p. 12). Inclusive, as/os militantes escolhem seus repertórios e *frames* de acordo com as relações que estabelecem com o campo político. Nesse sentido, os movimentos sociais usam mais ações contestatórias ou rotineiras dependendo das oportunidades e das ameaças. Logo, o foco da teoria do confronto político incide sobre o espaço particular no qual as ações de atores (e atrizes) se imiscuem às da política, influenciando sobre os processos políticos (*ivi*, p. 231).

Portanto, a pesquisa contribui para a literatura sobre a relação entre movimentos sociais e Estado ao abordar o período recente, que ainda foi pouco analisado e compreendido. Do ponto de vista prático, a pesquisa mostra que o movimento feminista ainda está mobilizado e atuante no Brasil e que suas pautas não recuaram, apenas intensificaram na defesa de um regime em que as contestações e manifestações sejam reconhecidas como legítimas. O texto mostra então que os movimentos de mulheres estão resistindo aos ataques do governo Bolsonaro aos direitos das mulheres.

O trabalho está organizado da seguinte forma: após essa introdução, serão detalhados os procedimentos metodológicos utilizados. Na segunda seção, apresentamos as percepções de militantes da Marcha Mundial das Mulheres acerca das mudanças das suas estratégias e pautas diante da ascensão do projeto autoritário no Brasil. Reunimos a apresentação de dados com a análise dos resultados, pois consideramos que, dessa forma, seria facilitada a compreensão dos argumentos. Por último, as considerações finais apontam para agendas de pesquisa nesse campo.

Procedimentos metodológicos

Para entender mudanças das estratégias e pautas de um importante movimento social feminista, adotamos uma metodologia qualitativa. Especificamente, foram realizadas sete entrevistas, por meio virtual (Skype), com militantes da Marcha Mundial das Mulheres, no mês de março de 2020.

Escolhemos a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) pela sua importância enquanto movimento feminista internacional e com forte atuação em todo o território brasileiro. A criação da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) foi inspirada em uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá,

quando centenas de mulheres marcharam, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”, contra a pobreza e a violência. Em um processo de transnacionalização das lutas, essas mulheres fizeram contatos com organizações de vários países para criar uma campanha global de mulheres, com uma crítica contundente ao capitalismo. Essa primeira ação teve a participação de mais de 5000 grupos de 159 países e territórios.

No Brasil, o contato foi com as mulheres da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT) que marcaram as reuniões em que foram definidas as representantes brasileiras para o primeiro encontro internacional da MMM, em 1998, em Quebec, com a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios (Marcha Mundial das Mulheres, 2020). Como fruto dessa mobilização foi constituída nos anos 2000 a MMM. Entre os princípios da MMM está a auto-organização das mulheres urbanas e rurais, em toda sua diversidade de idades, raças, etnias, orientações sexuais, na luta pela transformação de suas vidas e do sistema capitalista patriarcal, racista, LGBTfóbico e destruidor do meio ambiente (Marcha Mundial das Mulheres, 2020). Em segundo lugar, a MMM foi escolhida pela sua relação de diálogo próximo com os governos do Partido dos Trabalhadores, tanto através da pressão política quanto pela atuação de feministas dentro do partido, o que proporcionou que algumas das suas militantes fossem chamadas para atuar nas gestões petistas.

Então, ao escolher a MMM conseguimos observar as mudanças de estratégias de um movimento social que atuava junto ao governo federal – em alguns casos também nos níveis estadual e municipal – e que com a ascensão do projeto autoritário no Brasil passou a atuar somente por fora do Estado, em uma perspectiva de enfrentamento.

Por fim, escolhemos a MMM porque uma das autoras desse trabalho é militante do Movimento e, por isso, seu conhecimento agregaria ao trabalho, além de facilitar na coleta de dados.

Decidimos pela divulgação do nome do movimento social pesquisado pela concepção de que é necessário nomear as atrizes e atores em disputa no Brasil e situar aquelas/es que estão em confronto com o governo autoritário.

As entrevistadas foram escolhidas com base em três critérios. Primeiramente, foi considerada a atuação das militantes em gestões públicas petistas, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Escolhemos militantes que atuavam em diversas esferas do governo para buscar perceber como a relação com o Estado se dava em diferentes níveis, o que permitiria fazer análises comparativas. Em segundo lugar, consideramos relevante ouvir mulheres que vivenciam diferentes realidades, em diversos estados e regiões do Brasil. Assim, escolhemos entrevistadas representantes de alguns estados de três regiões do país: Minas Gerais e São Paulo (Sudeste); Ceará, Rio Grande do Norte e

Pernambuco (Nordeste) e Rio Grande do Sul (Sul). Essa escolha possibilitou a obtenção de informações de militantes de perfis diferentes, jovens, idosas, brancas, negras. Por fim, as entrevistas aconteceram com aquelas militantes que se disponibilizaram em contribuir com a pesquisa.

O número de sete entrevistadas da MMM foi determinado pela repetição das informações coletadas, com base na técnica da bola de neve: decorridas as primeiras cinco entrevistas, atentamos para o fato de que as informações estavam se repetindo. Decidimos então realizar apenas mais duas entrevistas, buscando contemplar diferentes representatividades.

Como combinado com as entrevistadas, não divulgaremos os seus nomes. Segue uma breve caracterização de quem são essas militantes: a entrevistada identificada pela letra A é de São Paulo e teve importante atuação na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do governo federal. A entrevistada B é do Rio Grande do Norte e trabalhou no governo do estado. Outra entrevistada identificada pela letra C é do estado do Pernambuco e trabalhou no governo federal. A entrevistada D é de São Paulo e, por ser funcionária pública concursada, trabalhou tanto em governos progressistas quanto em outros menos comprometidos com a expansão dos direitos das mulheres. A entrevistada identificada pela letra E é do estado de Minas Gerais e trabalhou no governo do estado e em uma instância do governo federal. A entrevistada F é do estado do Ceará e trabalhou em governos estaduais e federal. Por fim, a entrevistada G é do Rio Grande do Sul e trabalhou no governo federal. Em geral, as entrevistadas trabalharam em governos petistas (federal e estaduais) e/ou em mais de uma secretaria, mas sempre pautando as demandas feministas em suas atuações.

As entrevistas versaram sobre a atuação e desafios na gestão em governos petistas, as origens e mudanças relacionadas à ascensão do projeto autoritário na gestão pública e as atuais estratégias e pautas do movimento social feminista. Buscamos essas três categorias de análise nas sete entrevistas. De posse dessa sistematização, verificamos os pontos em comum e tecemos explicações para os resultados. Adicionalmente foram consultados documentos oficiais do Movimento disponíveis em sua página virtual.

Origens e mudanças relacionadas à ascensão do projeto autoritário

Em que pese a eleição do governo Bolsonaro e a sua posse, em 2019, serem considerados os marcos da ascensão do projeto autoritário e conservador no Brasil, todas as entrevistadas afirmaram que esse processo se iniciou muito antes. O primeiro marco apontado foram as chamadas jornadas de junho de 2013, quando grandes manifestações se espalharam pelo Brasil. Os protestos reuniram bandeiras como o direito à cidade, defesa dos direitos sociais e trabalhistas,

melhoria de serviços públicos, combate à corrupção, combate às discriminações étnico-raciais, de gênero e de orientação sexual, etc. Todas essas demandas estavam presentes em junho de 2013, mas algumas delas ganharam mais relevo, a depender do local (Tagagiba, Galvão, 2019). Todavia havia um forte discurso contra os partidos políticos e contra a política, assim como contra a corrupção. A onda de manifestações continuou em 2014 e 2015. O discurso anticorrupção que esteve presente em 2013 transformou-se a seguir em ódio ao Partido dos Trabalhadores (PT) e em pedidos de *impeachment* para a então presidenta Dilma Rousseff (PT) por alguns grupos. Mesmo não identificando relações diretas entre as jornadas de junho de 2013 e a eleição de Bolsonaro, as entrevistadas apontaram que a ascensão da agenda conservadora começou a aparecer naquele momento. Conforme observado por Tagagiba e Galvão (2019, p. 72), “é possível dizer que os protestos evidenciam queixas e insatisfações de um conjunto muito diverso de atores sociais, indicando uma conflitividade social crescente que extrapola a capacidade de incorporação política do lulismo”. Ainda que não seja objeto do presente trabalho a análise do ciclo de protestos de 2013, é possível apontar a expressão de demandas diversas que iam desde queixas pelos maus serviços prestados pelo Estado até críticas ao sistema político e, dentro delas, ao próprio Partido dos Trabalhadores. As manifestações posteriores à 2013 evidenciaram o caráter antipetista dos manifestantes, bem como o caráter conservador de várias demandas – defendidas hoje pelo atual presidente.

Foi comum nas entrevistas a menção às eleições de 2014 como a virada em direção ao projeto autoritário no Brasil. Em 2014, os dois candidatos à presidência do Brasil que disputaram o segundo turno foram Dilma Rousseff, do PT, e Aécio Neves, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira). Dilma venceu nas urnas, mas Aécio Neves não aceitou a derrota e contestou o resultado das eleições. O candidato também passou a denunciar as medidas adotadas por Dilma no início de 2015 que, segundo ele, eram distantes dos seus compromissos de campanha.

Outras entrevistadas mencionaram o fortalecimento de Eduardo Cunha, ex-presidente da Câmara dos Deputados, como significativo da ascensão do projeto autoritário. Foi o então deputado do antigo PMDB do Rio de Janeiro quem deu início ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, conduzindo seu vice, Michel Temer, ao posto de presidente do Brasil em agosto de 2016. Conforme a entrevistada G: “O Cunha já representava um pouco essa ascensão da curva evangélica e conservadora”. Inclusive, para se contrapor a esse projeto, em 2015, milhares de mulheres saíram às ruas em protestos conhecidos como “Fora Cunha” que pediam justamente o afastamento do deputado federal. A Marcha das Margaridas, articulação-ação realizada pelas mulheres do campo, das águas e das florestas que levou 100 mil mulheres às ruas de Brasília, nesse

mesmo ano, trouxe com força a denúncia ao processo de golpe que se apresentava, assim como o papel central de Cunha.

Embora esses marcos tenham sido apresentados nas entrevistas, em geral as entrevistadas situam o início da repressão aos movimentos sociais progressistas e uma virada autoritária com o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a ocupação do seu cargo por Michel Temer. Nesse sentido, as ações dos movimentos sociais acabaram se tornando de confronto, pois “pessoas sem acesso suficiente às instituições [começaram a agir] em prol de exigências ainda não atendidas, desafiando as autoridades” (Menezes, 2019, p. 307).

Há uma narrativa semelhante entre as entrevistadas que consideram o *impeachment* da ex-presidente como um golpe, ou seja, como uma ação injusta, uma decisão política, midiática e jurídica, que não atendeu aos parâmetros democráticos e legais. Além de considerarem o *impeachment* como um golpe, as militantes da Marcha denunciam o caráter machista e misógino do ato, já que o mesmo foi capitaneado por homens que não admitiam serem comandados por uma mulher.

Com Temer no poder, as militantes que trabalhavam na gestão pública federal pediram para sair de seus cargos por conta das discordâncias com o novo governo ou foram colocadas para fora por refletirem simbolicamente a gestão anterior. Conforme uma das entrevistadas, mesmo funcionárias/os concursadas/os que continuaram na gestão Bolsonaro relatam a penúria que tem se transformado as políticas para as mulheres, assim como os processos de perseguições vividos.

A entrada de Temer também impactou no rompimento do diálogo dos movimentos sociais progressistas com o governo federal. Nota-se que, mesmo que não fosse alinhado com as pautas da Marcha, o governo poderia ter continuado processos de negociação com diferentes movimentos do país. Mas não foi isso que aconteceu. Em contrapartida, a Marcha Mundial das Mulheres também definiu por não dialogar com o governo atual. O depoimento da entrevistada G expressa a posição da Marcha Mundial das Mulheres sobre essa questão:

A Marcha Mundial não dialoga com governo golpista, não dialoga com um governo que, além de ter dado o golpe, é um governo que é neoliberal, um governo que se assume no centro da defesa do grande capital, das transnacionais, privatista, liquidando com os direitos trabalhistas.

Logo, não há intenção de negociação por parte da MMM com os governos Temer – e agora, Bolsonaro – em parte por causa do golpe, em parte por conta

dos seus posicionamentos machistas, LGBTfóbicos, racistas, além de suas ações de desmonte das políticas públicas para as mulheres. Essa escolha pela interrupção do diálogo com os governos autoritários deve-se a uma posição da Marcha de não negociar com governos que não tenham comprometimento com a vida das mulheres e com o povo mais pobre do país.

Ou seja, com a ascensão de Temer e depois com a eleição de Bolsonaro há uma mudança na estrutura de oportunidade política (Tarrow, 2009) que impulsiona o confronto político. Para o autor, “mudanças nas oportunidades e nas restrições políticas criam os incentivos mais importantes para iniciar novas fases de confronto” (*ivi*, p. 24). E a mudança no Brasil aconteceu com a ascensão do projeto autoritário, primeiro com Temer e depois com Bolsonaro, responsáveis pelo fim do diálogo com os movimentos sociais feministas e progressistas.

Assim, conforme as entrevistadas o golpe teria interrompido o diálogo entre a Marcha e o governo, processo intenso e produtivo durante a gestão petista. O movimento também se retirou de importantes instâncias de participação, como o Conselho Nacional de Políticas para Mulheres, por entender que sua permanência apenas criaria uma impressão falsa de participação social.

A partir de Temer, a mudança mais lamentada pelas entrevistadas foi a paralisação e desmonte de políticas públicas para as mulheres, urbanas e rurais, que estavam em andamento e, depois, a eliminação das mesmas. Com a ascensão do projeto autoritário, a construção de políticas públicas inclusivas para as mulheres que estavam sendo conquistadas começou a ser desmontada. Essa desconstrução do campo das políticas públicas para as mulheres teria começado com Temer, mas “Bolsonaro se encarregou de colocar a pá de cal em todos eles” (entrevistada G).

Pode parecer que o desmonte das políticas públicas e dos direitos especificamente para as mulheres não foi tão grave. Mas essa não é a percepção das entrevistadas da MMM. Elas embargam a voz ao falar sobre o desmonte das políticas públicas que possibilitaram o acesso das mulheres a direitos fundamentais e utilizam adjetivos como retrocesso, desmonte, ataque, destruição – apontando a decepção com o fim de um trabalho construído a duras penas. Mais grave, segundo suas concepções, é que esse desmonte ainda está apenas começando: ainda faltam mais de dois anos para o fim o governo Bolsonaro e as previsões indicam chances de reeleição. A entrevistada B resume a trajetória do desmonte da seguinte forma:

Eu lembro que foi em 2015, o ano que a gente estava indo pra rua com a história de não vai ter golpe, aí eu disse “tomara que 2015 passe logo” quando foi na virada de ano eu “ahh, ainda bem que virou 2015”, mal a gente sabia que em

2016 seria pior, veio o golpe, aí em 2017 teve o Temer, em 2018 a eleição de Bolsonaro, aí a gente tá nessa história de que a gente jamais pensava que um ano seria pior do que o outro, como também tá sendo agora em 2020.

As militantes apontaram que as principais consequências do avanço do projeto autoritário no Brasil é o desmonte das políticas públicas e a consolidação da concepção neoliberal e conservadora orientando as ações do Estado. O governo Bolsonaro vem promovendo a diminuição dos direitos para as mulheres em várias frentes, como na recém aprovada Reforma da Previdência que, entre outras ações, estendeu o tempo de trabalho para as mulheres se aposentarem. A reforma trabalhista também foi citada pelas entrevistadas como uma das responsáveis pela diminuição de direitos para as mulheres, especialmente porque a reforma flexibilizou os direitos trabalhistas, atingindo principalmente as/os trabalhadoras/es informais, que são em sua maioria mulheres, além de prever o trabalho de gestantes e lactantes em ambientes insalubres. Vale destacar ainda a aprovação da PEC 55, a PEC do Teto dos Gastos Sociais, que congelou o investimento em áreas como saúde e educação, aprofundando as desigualdades sociais e o trabalho doméstico e de cuidados realizados pelas mulheres. Em geral, conforme as entrevistadas, as mulheres são colocadas como alvo das reformas que expressam o caráter neoliberal e conservador do governo, pois seus direitos seriam mais facilmente flexibilizados, forçando-as a voltarem para os papéis tradicionalmente considerados femininos no trabalho de cuidados da família.

E essas consequências vão mais além. Elas pontuam, por exemplo, a criminalização dos movimentos sociais e de suas pautas, em especial, o movimento feminista. Esse retrocesso pode ser exemplificado pela seguinte fala da entrevistada B: “Eu acho que hoje as mulheres têm enfrentado muito mais o machismo escancarado, que a gente passou uns anos em que era uma vergonha dizer coisas machistas e preconceituosas e agora não tem mais, é uma coisa escancarada”.

De fato, em 2019, o debate acerca das relações sociais de gênero e dos direitos das mulheres ganhou novos contornos quando a SPM foi transformada em Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH). O próprio nome dado ao novo ministério (Mulher, Família e Direitos Humanos) indica o conservadorismo do projeto bolsonarista, em que as mulheres aparecem diretamente vinculadas à família.

O Ministério agora é comandado pela pedagoga, advogada e pastora evangélica, Damares Alves. A ministra Damares causou polêmica após divulgar um vídeo na internet, logo após a vitória de Jair Bolsonaro, alegando que “a nova era começou” e que a partir de então “menino veste azul e menina veste rosa”. Mais tarde, afirmou que sua declaração fora apenas uma “metáfora”. Ainda que

fosse, tratava-se de uma posição de peso na discussão sobre as relações de gênero, na medida em que remetia à demarcação de papéis sociais fixos e ligados ao sexo biológico de nascimento – na contramão das discussões sobre gênero que defendem que o sexo biológico não precisa estar ligado a lugares sociais pré-determinados e estanques, que as relações desiguais de gênero são socialmente construídas e que podem ser mudadas (Scott, 1995).

Bolsonaro, por sua vez, expressa em suas falas o desprezo pelas mulheres e se contrapõe às discussões feministas com o combate ao que ele e seus apoiadores chamam de “ideologia de gênero”, termo criado como forma pejorativa, com viés religioso e conservador, para tratar questões referentes às desigualdades entre homens e mulheres e as diferentes identidades de gênero.

O combate à chamada “ideologia de gênero” se tornou uma das principais bandeiras do presidente e de suas/seus apoiadoras/es. Para elas/es, haveria um movimento orquestrado por professoras/es, universidades e escolas dedicado especialmente a “ensinar” e “incentivar” meninos e meninas a serem homossexuais, “ameaçando” o exercício de seus supostos papéis naturais de gênero. Por isso, para esse grupo, a discussão sobre gênero deveria ser proibida nas escolas e em outros espaços educacionais. Nesse sentido, a base governista de Jair Bolsonaro defende em âmbito federal projetos de lei que seguem as diretrizes do Movimento “Escola sem Partido”¹, movimento que se seguiu nos estados e municípios do país. O movimento surgiu como uma reação a um suposto fenômeno de instrumentalização do ensino para fins político ideológicos, partidários e eleitorais. Na prática, veio para acabar com a expressão da opinião de professoras/es em sala de aula. Apoiadoras/es de Bolsonaro defendem a suposta imparcialidade e neutralidade da/o docente. Conforme essa defesa, a/o professor não devem expressar opinião sobre política, muito menos discutir sobre gênero e feminismo.

Como explicam Biroli, Machado e Vaggione (2020), a recusa aos direitos das mulheres e para a população LGBT está relacionada com outras políticas e ideias que transformam movimentos sociais em inimigos políticos, subtraindo legitimidade às suas agendas de justiça social. Os movimentos sociais são assim acusados de radicais e comunistas como parte da intenção de minar os direitos para mulheres e população LGBT. As autoras argumentam que esse não é um fenômeno brasileiro, pois acontece em outros países latino americanos e tem relação com uma temporalidade em que havia avanços nos movimentos feministas e LGBT, combatidos, agora, por coalizões políticas de grupos cristãos com setores não religiosos da direita. Uma das estratégias utilizadas por esses

¹ Criado em 2004.

setores para restringir as agendas da igualdade de gênero da diversidade sexual é o combate à “ideologia de gênero”.

O combate à discussão sobre gênero é uma das bandeiras centrais do próprio Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o ministério extinguiu, em 2019, seis comitês, incluindo os de Gênero e Diversidade e Inclusão (Brasil, 2020). Tais comitês atuavam na coibição da violência de gênero, na promoção da igualdade e diversidade sexual, dentro do Ministério.

A discussão e o termo gênero foram suprimidos em mais alguns episódios. Por exemplo, o Decreto nº 10.112, de 12 de novembro de 2019, sobre o “Programa Mulher Segura e Protegida” (Brasil, 2019), excluiu a palavra “gênero”, que constava na norma anterior. Especificamente, o trecho “transversalidade de gênero nas políticas públicas” da norma de 2013 foi alterado para “transversalidade dos direitos das mulheres nas políticas públicas”. Ao deixar de fazer menção às violências de gênero, o decreto acaba por restringir os direitos para as mulheres cis (que se identificam com o seu gênero biológico) excluindo, por exemplo, as mulheres trans. O decreto também não legisla sobre políticas de prevenção, fundamentais no combate às diversas formas de violências contra as mulheres.

Mesmo em outras áreas do governo vem ocorrendo censuras em relação ao conceito de gênero: por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), sob o comando do chanceler Ernesto Araújo, à época passou a orientar diplomatas brasileiros a enfatizar apenas a “definição tradicional” de sexo biológico nos organismos internacionais multilaterais, segundo o Jornal Folha de São Paulo (2019). Os esforços no âmbito das políticas públicas para as mulheres no governo Bolsonaro teriam se concentrado no combate à violência, o que, para as militantes, é uma visão bastante reducionista do campo. Mesmo com relação à questão da violência, a quantidade de recursos gasta foi muito menor do que o orçamento que havia para a ação.

A percepção sobre os retrocessos no governo federal se estende aos governos subnacionais (estados, municípios e Distrito Federal). Por exemplo, algumas entrevistadas mencionaram os retrocessos promovidos pela gestão de João Dória (PSDB) em São Paulo. Dória foi eleito prefeito da capital de São Paulo em 2016 e depois da gestão de Fernando Haddad (PT), deixando seu cargo em 2018 para o seu vice, Bruno Covas (PSDB), para concorrer a governador. Conforme explica a entrevistada D:

Na educação, por exemplo [na gestão petista], a gente tinha criado um grupo com orientação educacional a partir de um departamento que cuida de todas essas formações da Secretaria de Saúde, a gente tinha um grupo de gênero e raça,

a gente tinha uns aliados ali, e esses grupos depois desapareceram completamente depois que entrou o Covas, isso desapareceu, então não tem nada disso, todas essas instâncias estão virando “pra inglês ver”.

Nesse sentido, foi identificado que a ascensão do projeto autoritário no Brasil aconteceu principalmente no governo federal, mas não só nele: estados e municípios também vêm passando por processos políticos semelhantes. Indo mais além, conforme a ideia de projeto político, as posições autoritárias ou progressistas não se situariam apenas nas esferas de governo, mas em toda a sociedade. Nesse sentido, o projeto autoritário está em ascensão no Brasil nos diferentes âmbitos da sociedade e do Estado.

Embora este trabalho não tenha aprofundado a conceito de neoliberalismo para explicar a gestão Bolsonaro, é comum essa associação na fala das militantes. Para elas, o projeto atual promove o desmonte das políticas públicas e dos direitos das mulheres pela redução do papel do Estado. Nesse sentido, ao menos duas entrevistadas associaram a situação atual com aquela que o Brasil viveu, nos anos 1990, sob a gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Conforme a entrevistada B: “Eu acho que a gente tá retomando a pauta da ofensiva neoliberal, uma pauta que é lá dos anos 90”. Outra entrevistada pontua que a diferença é que, no governo FHC, havia respeito com os movimentos sociais, ao passo que no governo Bolsonaro não há.

Conforme os relatos das entrevistadas, as principais estratégias da MMM em relação à ascensão e expansão do projeto autoritário no Brasil têm sido o confronto. Esse confronto acontece primeiro através das denúncias como aquelas feitas nas redes sociais, nos espaços de discussão e em ações nas ruas. As militantes denunciam os desmontes das políticas públicas e os retrocessos conservadores dos direitos das mulheres. Para elas, a agenda feminista teria avançado durante a gestão petista com a inclusão das mulheres, em sua diversidade, em várias políticas públicas e essas conquistas vem se perdendo agora.

Em relação às suas estratégias, a principal percepção das entrevistadas acerca do que a ascensão do projeto autoritário no Brasil gerou foi a retomada ou percepção da importância de fortalecer as ações “nas bases”, ou seja, a intensificação dos processos de formação política e educação popular com as mulheres em seus bairros e comunidades. Nota-se que o contato com as mulheres rurais, urbanas, das periferias, jovens, negras, lésbicas, em toda sua diversidade, em seus lugares de moradia e trabalho, nunca deixou de existir – e em certo sentido até se intensificou com a ida de diversas militantes da Marcha para o governo federal. No entanto, esse trabalho se mostra ainda mais necessário frente à ascensão do projeto autoritário.

A segunda estratégia mais mencionada pelas entrevistadas tem sido a necessidade da unidade entre os diferentes movimentos e organizações (movimentos sociais, sindicatos e partidos) do campo progressista. Essa necessidade foi pontuada em diversas entrevistas, como retrata o seguinte trecho: “E agora que é hora de juntar de novo [...] Ter uma bandeira só, uma centralidade. Cada um pode arrastar a sua, mas tem que ter uma maior [...] sobre todo mundo”.

Por fim, as entrevistadas citaram como estratégia principal o confronto político a partir da organização e participação em manifestações nas redes e nas ruas. A Marcha atuou ativamente em diversos atos que tinham como pauta principal o enfrentamento ao governo Bolsonaro e sua agenda: o “#EleNão”, protesto realizado, em setembro de 2018, como oposição à eleição de Bolsonaro; ações que ocuparam as ruas em 8 de março de 2019, em várias cidades do país; Dia Internacional das Mulheres; e a Marcha das Margaridas, que reuniu na capital federal mais de 100 mil mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, em agosto de 2019.

Nos grandes protestos a Marcha Mundial das Mulheres expressa a oposição ao governo Bolsonaro e o avanço do projeto que ataca os direitos das mulheres. Por exemplo, nos protestos do 8 de março de 2019, Sônia Coelho, da coordenação nacional da Marcha Mundial das Mulheres, declarou que:

[...] o sentido desse 8 de março foi mostrar que as mulheres continuam em resistência contra Bolsonaro, contra o conservadorismo e fundamentalmente contra a reforma da previdência que vai penalizar mais as mulheres pobres, as mulheres negras (Marcha Mundial das Mulheres, 2019).

O trecho demonstra a crítica aberta que o Movimento faz ao avanço do capitalismo patriarcal e racista no governo Bolsonaro e a posição do Movimento de combate a esse projeto. Em 2019 a Marcha “assumiu um caráter de denúncia, de demarcação de posições e, sobretudo, de resistência” (Morais, 2019). Ou seja, nos governos petistas anteriores a Bolsonaro, “[...] a Marcha apresentava uma pauta de negociações que foi capaz de impulsionar conquistas de direitos e políticas públicas” (Marcha Mundial das Mulheres, 2019). Em 2019, conforme está explícito no documento “Plataforma Política” (2019, s/p.) a Marcha serviu para denunciar:

[...] a violência que estamos sofrendo, o aumento das desigualdades sociais, pautadas nas relações de classe, gênero e raça, as desconstruções e violações de direitos, o corte no orçamento de políticas de assistência social, de saúde, de educação, de moradia, de incentivo à produção de alimentos. Enfim, denunciamos o desmonte do Estado democrático de direito.

É verdade que tanto o diálogo com as bases como as denúncias e organização de manifestações de rua nunca deixaram de ser estratégias das lutas da Marcha Mundial das Mulheres. Tais estratégias podem até se intensificar agora, mas já eram utilizadas mesmo durante os governos petistas. A principal diferença na estratégia do movimento parece ser mesmo o rompimento total de diálogo com o governo federal.

Em relação às pautas da MMM, as entrevistadas chamaram atenção para o fato de que o combate ao neoliberalismo, ao conservadorismo e ao sistema patriarcal e racista sempre foram eixos do Movimento. Por isso, especificamente no caso da Marcha, não houve mudanças tão significativas nas suas pautas. Uma das diferenças parece ser a intensificação do combate ao conservadorismo e da defesa da democracia, que não se fazia tão necessário em anos anteriores.

Em suma, a principal mudança em relação às pautas e estratégias do movimento foi o rompimento do diálogo com governo federal, o aumento do enfrentamento ao avanço do conservadorismo e da defesa da democracia. Mas há certas continuidades, já que o Movimento continua na luta contra o sistema capitalista, patriarcal, racista que explora e violenta o corpo e a vida das mulheres, por meio de denúncias, mobilizações e formações populares e manifestações nas ruas e nas redes sociais. Ou seja, a Marcha Mundial das Mulheres se coloca contra o governo Bolsonaro mobilizando as mulheres para irem às ruas, mas é importante destacar que essa mobilização não deixou de ser feita mesmo nos governos anteriores.

Nesse sentido o rompimento do diálogo não acontece somente por conta de uma mudança do partido no poder no governo federal, mas por conta de uma posição do Movimento de combate às opressões estruturais (o capitalismo racista e patriarcal). O governo Bolsonaro representa e concretiza justamente o que a Marcha Mundial das Mulheres combate. E esse enfrentamento não foi abandonado nem nos governos petistas, porque a pauta do Movimento não tem relação com um partido político, mas com o combate a causas estruturais que permanecem e se reproduzem sob o governo de diversos partidos.

Essas observações contrariam percepções anteriores à pesquisa já que considerávamos que haveria uma mudança radical na atuação dos movimentos sociais depois da eleição de Jair Bolsonaro. Os resultados da pesquisa apresentam certas nuances nesse processo: a ascensão do projeto autoritário teria se iniciado, em 2013, com as Jornadas de Junho e teria se intensificado nas eleições de 2014, com a oposição de Aécio Neves. O projeto teria mesmo ascendido com o afastamento da ex-presidenta Dilma, em 2016. A eleição de Bolsonaro, em 2018, vem, então, aprofundando o projeto autoritário e conversador no Brasil. Ao mesmo tempo, percebeu-se que o caráter combativo do Movimento sempre esteve presente, porque a atuação do mesmo, segundo as

informantes, independe de partidos, pois visa combater as estruturas sociais que reproduzem o capitalismo patriarcal e racista.

Por conta dessas relações e da configuração atual, os escritos sobre o confronto político (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009; Tarrow, 2009; Tilly, 2010) tornam-se ainda mais explicativos da relação entre movimentos sociais e Estado. Se tais relações não foram consideradas conflituosas, é porque o Brasil viveu um período participativo. Mas os confrontos e tensões existiam. Ou seja, em que pese a literatura apontar o caráter participativo dos movimentos sociais nas gestões petistas (Abers, Serafim, Tatagiba, 2014), é importante ressaltar que a Marcha Mundial das Mulheres continuou com as suas atividades de mobilização e cobrança dos governos, ainda que petistas, tendo inclusive por vezes uma relação conflituosa. Esse confronto não desapareceu com a gestão Bolsonaro, mas foi intensificado. A diferença é a ruptura, já que a Marcha agora declara que não há diálogo com o projeto que ataca os direitos das mulheres sem a chance de abertura para as pautas do Movimento.

No contexto atual do país, em que há uma criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado, a única possibilidade de acessar a visibilidade pública é através do confronto. Sidney Tarrow (2009) sinaliza isso ao afirmar que “[...] o confronto político é desencadeado quando oportunidades e restrições políticas em mudança criam incentivos para atores sociais que não tem recursos próprios” (Tarrow, 2009, p. 18).

Considerações finais

O trabalho pontuou algumas mudanças em relação às políticas públicas para as mulheres no âmbito federal após a ascensão do projeto autoritário no poder e com ele o retrocesso no campo dos direitos para as mulheres. Mas a ascensão desse projeto não acontece sem reação. Para demonstrar a reação no campo dos direitos para mulheres, exploramos as pautas e as estratégias da Marcha Mundial das Mulheres no atual contexto político.

A Marcha vem atuando através do confronto com o Estado, uma vez que romperam o diálogo com o governo federal, visto que isso não foi considerado possível nem coerente.

A despeito de muitas mudanças na relação do movimento social com o governo, o trabalho mostra que há certas continuidades nas pautas e estratégias do mesmo, já que o combate às injustiças causadas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista, por meio da mobilização nas ruas e redes, não deixaram de ser centrais na atuação da Marcha. Mas agora essa tarefa se mostra ainda mais necessária e para isso precisa ser aliada ao enfrentamento à agenda conservadora, neoliberal e antidemocrática de Bolsonaro.

Sabemos que uma das estratégias dos movimentos sociais têm sido o acionamento da justiça para impedir retrocessos no campo dos direitos. Muitas dessas ações judiciais por parte dos movimentos sociais têm sido feitas em estreita articulação com partidos progressistas. Embora essas estratégias não tenham sido citadas nas entrevistas para esta pesquisa, consideramos que ela é uma forma importante de resistência dos movimentos sociais progressistas e, portanto, merece estudos futuros.

Ainda no sentido de apontar agendas de pesquisa, consideramos importantes destacar que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) foi aprofundado durante a pandemia de Covid-19. Consideramos que mobilização por meio das TICs deve ser um tema na agenda de pesquisa sobre a resistência promovida por movimentos sociais no contexto de avanço do projeto autoritário no Brasil.

Bibliografia

- ABERS, Rebecca - Lizandra, SERAFIM - Luciana, TATAGIBA. “Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula”. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 57(2), 2014. (pp. 325-357).
- ABERS, Rebecca - Marisa, VON BÜLOW. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, 13 (28), 2011. (pp. 52-84).
- ALMEIDA, Ronaldo. “Bolsonaro presidente. Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira”. *Novos Estudos CEBRAP*, 2019. (pp. 85-213).
- BIROLI, Flávia - Maria, MACHADO - Juan, VAGGIONE. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo, Boitempo, 2020.
- BOHN, Simone R. “Feminismo Estatal sob a presidência Lula: o caso da Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres”. *Revista Debates*, Porto Alegre, 4 (2), 2010. (pp. 81-106).
- BRASIL. *Decreto-lei nº 10.112, de 12 de novembro de 2019*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 NOV. 2019, P. 6 – Seção 1. Edição 220.
- BRASIL. *Portaria Nº 2.046, de 15 de agosto de 2019*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Diário Oficial da União. Seção 1. Nº 159, 19 AGO. 2019.
- CAYRES, Domitila Costa. “Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais”. *BIB*, (82), 2017. (pp. 81-104).

- FOLHA DE S. PAULO. Itamaraty orienta diplomatas a frisar que gênero é apenas sexo biológico. 26 de junho de 2019a. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/itamaraty-orienta-diplomatas-a-frisar-que-genero-e-apenas-sexo-biologico.shtml>. Acesso em 22 de junho 2020.
- GURZA LAVALLE, Adrian - Euzeneia, CARLOS, Monika, DOWBOR - José, SZWAKO. "Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência". *Centro de Estudos da Metrópole (CEM)*, 19, 2017. (pp. 3-40).
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. [Descrição do movimento]. <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm>. [consulta em 20/09/2020].
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. "Cem mil margaridas marcham em Brasília por terra, igualdade e democracia." 2019. Retirado de <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/cem-mil-margaridas-marcham-em-brasilia-por-terra-igualdade-e-democracia/> Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- MATOS, Marlise. "A Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político". *Anais do XXXVIII Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, Anpocs, 2014.
- MATOS, Marlise - Clarisse Gourlart, PARADIS. "Mulheres e políticas públicas na América Latina e Caribe: desafios à democracia na Região". *Anais do XXXVII Encontro Anual da Anpocs*. Águas de Lindóia, Anpocs, 2013.
- MCADAM, Doug - Sidney, TARROW - Charles, TILLY. "Para mapear o confronto político". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 76, 2009. (pp. 11-48).
- MENEZES, Diego M. O. de. "Movimentos sociais e confronto político: apontamentos sobre o pensamento de Sidney Tarrow". *Estud. sociol.*, Araraquara, 24 (46), 2019. (pp. 305-319).
- MORAIS, Karina. "Marcha das Margaridas: resposta coletiva ao ódio e ao retrocesso." 2019. Retirado de <https://marchamulheres.wordpress.com/2019/08/19/marcha-das-margaridas-resposta-coletiva-ao-odio-e-ao-retrocesso/> Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- OLIVEIRA, Daniela Rosa de. "A interação entre o Movimento feminista e o Estado, uma proposta de análise" in *Anais do III Seminário de Ciências Sociais – PGCS*. Vitória, UFES, 2018.
- PIRES, Roberto C. - Alexander C. N., VAZ. "Para além da participação: interfaces socioestatais no governo federal". *Lua Nova*, 93, 2014. (pp. 61-91).
- PISMEL, Adriana Cattai. "Participação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas: A sistematização inicial de uma agenda de pesquisa". *Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais*, 4 (3), 2019. (pp. 9-31).

- PLATAFORMA POLÍTICA - MARCHA DAS MARGARIDAS, 2019. Retirado de http://www.contag.org.br/imagens/ctg_file_1236339083_14082019151003.pdf Acesso em 15 de janeiro de 2021.
- POGREBINSCHI, Thamy. *Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários*. Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1995.
- TARROW, Sidney. *Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, Vozes, 2009.
- TATAGIBA, Luciana - Andrea, GALVÃO. "Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016)". *Opinião Pública*, Campinas, 25 (1), 2019. (pp. 63-96).
- TILLY, Charles. "Os movimentos sociais como política". *Revista Brasileira de Ciência Política*, 3, 2010. (pp. 133-160).

Olívia Cristina Perez é Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (FFLCH/USP). Professora Adjunta na Universidade Federal do Piauí (UFPI), vinculada aos cursos de bacharelado e mestrado em Ciência Política e ao Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Políticas Públicas.

Contato: 889oliviaperez@gmail.com

Sarah Luiza de Souza Moreira é doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Contato: sarahluiza1982@gmail.com

Joana Tereza Vaz de Moura

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), vinculada ao curso de bacharelado em Gestão de Políticas Públicas e ao Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Estudos Urbanos e Regionais (PPEUR/UFRN).

Contato: joanateresa@gmail.com

Recebido: 30/09/2020

Aceito: 09/02/2021